

Saúde na Educação Pública Básica: em meio ao discurso de qualidade e equidade, onde ficam os professores?

Paulo Ricardo Ceni Barreto¹

Resumo

Ao longo da história o professor brasileiro, especialmente aquele cujas atividades são desenvolvidas ao longo do tempo no atendimento de crianças e jovens, aqui destacados os servidores da rede pública das três esferas de governo, tem sido negligenciado em termos do desenvolvimento de suas atividades, relações, e especialmente, quanto à saúde integral. Ao considerar-se a educação um sistema, essa é a única variável relegada. Milhares de estudos, nos últimos anos, apresentam dificuldades, angústias, inseguranças, decepções, dores e adoecimento, além do abandono em termos de saúde integral (corpo e mente), prevenção de doenças, proteção, promoção da saúde, restauração do doente e reabilitação, conceito amplo de saúde. Diante de tal situação, esta pesquisa buscou analisar o problema considerando estudos sobre a amplitude da saúde, situações e fatores que concorrem para o adoecimento, acolhimento, cuidados proporcionados, consequências para o ser humano, para alunos e a própria escola, bem como a abrangência da legislação e a existência de adequadas políticas públicas no sentido de se verificar a real situação. Os resultados obtidos permitem afirmar a inexistência de políticas públicas nesse sentido, com raras exceções em relação à existência de programas permanentes de acompanhamento e eventuais ações isoladas de cuidado por alguma rede de ensino. Dessa forma, faz-se urgente um movimento no sentido de planejar programas permanentes para se estabelecer parcerias, apresentando um atendimento digno e efetivo ao profissional da educação.

Palavras-chave: professor; saúde integral; educação; políticas públicas.

Abstract

Throughout history, Brazilian teachers, especially those whose work involves caring for children and young people—particularly those working in the public sector across all three levels of government—have been neglected in terms of professional development, relationships, and, particularly, their overall health. When education is considered a system, this is the only variable that is overlooked. Thousands of studies in recent years have presented difficulties, anxieties, insecurities, disappointments, pain, and illness, as well as neglect in terms of holistic health (body and mind), disease prevention, protection, health promotion, patient restoration, and rehabilitation—a broad concept of health. Due to this situation, this research has sought to analyze the problem by considering studies on the scope of health, situations and factors that contribute to illness, reception, care provided, consequences for the human being, for students and the school itself, as well as the scope of legislation and the existence of adequate public policies in order to verify the real situation. The results obtained allow us to affirm the non-existence of public policies in this regard, with rare exceptions in relation to the existence of permanent monitoring programs and occasional isolated care actions by some education network. Therefore, it is urgently necessary a planning to move towards permanent programs to establish partnerships, providing dignified and effective support to education professionals.

Keywords: teacher; holistic health; education; public policies.

¹ Auditor Público Externo do TCE-RS (Aposentado) e professor universitário.

Introdução

Ao longo dos tempos a educação brasileira vêm enfrentando entraves que parecem insuperáveis no sentido de se alcançar o que a sociedade espera. Em que pesem os esforços dispensados por milhares de organizações e pessoas envolvidas em batalhas na busca de patamares idealizados para as gerações contemporânea e futuras, a realidade apresenta um contexto distante do que se almeja obter.

Mesmo levando-se em conta que existe evolução, embora muito lenta, há que se considerar que, mesmo com toda essa cruzada no sentido de buscar resultados bem além dos obtidos até então, essa ainda não apresenta a amplitude que o tema abrange.

A referência que se faz é em termos da abordagem sistêmica da educação. O que refere essa frase é que não se considera a educação um sistema, e nem mesmo a legislação que envolve a matéria a contextualiza dessa forma. O que se observa é que existem variáveis fundamentais desse sistema que não são verificadas ou abordadas na amplitude necessária.

É preciso uma ressalva quanto ao conceito de sistema apresentado. Não se trata do Sistema Nacional de Educação (SNE), modelo de gestão colaborativa que envolve a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios no sentido de organizar e coordenar as políticas públicas de educação no país, que também mantém as bases da Teoria Geral de Sistemas desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy desenvolvida na década de 1950 e utilizada até a atualidade.

Para fins deste estudo, tais raciocínios serão utilizados na representação principalmente da escola, podendo ser estendida a uma rede de ensino, embora, no entanto, possa parecer, de certa forma, impessoal a representação das variáveis que envolvem a formação e o aprendizado.

Nesse sentido, no contexto da escola será considerada, visando a este estudo, a “variável” professor, mais especificamente sua saúde integral (corpo e mente).

Há que se considerar que a prática docente, muito embora tenha se modificado ao longo dos tempos, especialmente agora em razão da tecnologia, envolve um contexto de relacionamentos e vínculos que se apresentam fundamentais para o adequado aprendizado.

Assim, o professor deve ser sensível às emoções dos alunos, mas necessita que suas próprias emoções estejam alinhadas, concorrendo para a obtenção dos resultados almejados. Dessa forma, torna-se mais real e efetiva sua contribuição para a sociedade.

Estudos sobre a saúde do professor no Brasil surgiram, basicamente, na década de 1980 a partir de pressões do movimento sindical e de algumas instituições ligadas a essa figura central da educação.

No decorrer desses mais de 40 anos, o contexto da atividade docente mudou radicalmente e por inúmeros motivos. Somente para citar alguns, tecnologia, redes sociais, diversos aspectos da infraestrutura, mudanças efetivas no comportamento das pessoas, aqui destacando-se estudantes e famílias, entre outras dezenas de fatores.

Os problemas, em relação a salário, carreira, jornada de trabalho (em dois ou mais turnos), burocracia, entre muitos outros, que envolvem o dia a dia da docência, todavia, somente se agravaram.

Nesse ambiente não existe suporte algum para que se observem e identifiquem sentimentos e comportamentos que indiquem o início do adoecimento.

Na verdade, a maior parte das políticas públicas de saúde no país relacionam-se à doença e não à prevenção.

O quadro de adoecimento dos professores é gravíssimo e exige uma ação imediata. Há milhares de estudos indicando tal situação, porém, a título de exemplificação, apresenta-se uma notícia veiculada em 8 de outubro de 2025 por meio do G1 de São Paulo, quando Bergamim (2025) informa o resultado de pesquisa elaborada pela Faculdade de Saúde Pública da USP, identificando que 63,5% dos professores municipais da cidade de São Paulo, precisaram se afastar por algum motivo de saúde nos últimos 12 meses.

Desses, mais de 84% declararam sofrer algum tipo de transtorno. Além disso, “...37% têm ansiedade, 36% relataram ansiedade e depressão simultaneamente, 7%, burnout e 4% sofrem de depressão” (p. 1).

Em relação às doenças físicas mais comuns, os acometimentos têm como base: a pressão alta (17%), o diabetes (5%) e os problemas ortopédicos (5%), respiratórios (4%) e de coluna (3%).

É necessário evidenciar que, embora se trate de uma rede municipal, a análise de dezenas de estudos e notícias, a partir de 2018, demonstra que os percentuais não variam muito ao se considerar escolas públicas, independentemente de rede (federal, estadual e municipal) ou localização (urbana, rural, distante ou não do amparo).

Cabe destacar, também, que inúmeras redes, individualmente ou em organização com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, disponibilizam atendimento a essa categoria, mas com problemas em termos de acesso pela distância ou disponibilidade de acolhimento com rapidez e, principalmente, na identificação de mudanças comportamentais e sentimentos que possam concorrer para a promoção de ações antes do efetivo adoecimento.

Em que pesem as lutas pela infraestrutura, pelos recursos, salários, carreira, ingresso por concurso público, políticas em prol da educação, cuidados para com os

alunos, implementação introdução de tecnologias, organização e regime de colaboração entre os sistemas de ensino, se não existe o adequado amparo ao professor.

Esta investigação visa a demonstrar a inexistência de políticas públicas, de estrutura e de ações contínuas no sentido de zelar pela saúde integral (corpo e mente) do professor, “variável” fundamental para que se possa obter os patamares almejados pela educação no Brasil.

Objetivou-se expor as fragilidades e negligências no sentido de proporcionar políticas públicas, planos, suporte, estrutura e ações que amparem esse profissional de fundamental importância para o futuro da educação nesse país.

Método

Este estudo, quanto à sua natureza, teve como base a pesquisa bibliográfica exploratória, que, conforme Boccato (2006, p. 266), é aquela que [...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”.

A pesquisa tem como objetivo obter, analisar e discutir a produção científica sobre o tema, e busca apresentar subsídios para o conhecimento, com e sob o enfoque ou perspectivas pelos quais foi tratada a matéria.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica “[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Foram utilizadas publicações que abordam a saúde física e mental de professores da educação básica que analisam fatores relacionados ao ambiente de trabalho. Entre elas, artigos científicos, obras completas, teses e dissertações, artigos de notícias, leis e outras publicações que abordavam diretamente o tema da pesquisa.

Ressalta-se o grande número de variáveis que envolvem o tema, especialmente contextos, ou seja, ensino público ou privado, rede federal, estadual ou municipal, ambiente urbano ou rural, áreas centrais ou periféricas, Educação Básica ou Ensino Superior, ensino regular ou técnico, entre outras. Embora o material de estudo tenha envolvido pesquisas e estudos de todas as redes e também poucas pesquisas em instituições privadas, o foco foi na Educação Básica, ou seja, redes municipais.

A análise ocorreu por intermédio de leitura e categorização temática, identificando os principais enfoques teóricos e achados empíricos.

1 O Contexto do Trabalho e o Adoecimento do Professor

Em razão da complexidade da matéria, objeto deste estudo, por envolver inúmeros fatores e situações, faz-se necessária a apresentação de alguns conceitos, promovendo-se a contextualização do ambiente, dos fatores e das relações.

No contexto da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), saúde envolve: prevenção da doença, proteção, promoção da saúde, restauração do doente e reabilitação.

Estudos como o de Cortez *et al.* (2017) indicam o crescimento do adoecimento docente relacionado ao trabalho e ao sofrimento psíquico, o que exige a compreensão dos elementos relacionados à saúde no trabalho do professor de forma multideterminada.

Para Silva *et al.* (2023, p. 1), “Nossa práxis profissional e a forma como nos conduzimos no mundo do trabalho suscita em nós, nos nossos corpos, processos de saúde e adoecimento. Produzimos e reproduzimos práticas de cuidado em nossa vida cotidiana.”

Conforme Araújo e Carvalho (2020), categoria profissional docente é considerada uma das ocupações com alto risco de desgaste e adoecimento e tem sido alvo de diversos estudos avaliando a prevalência e fatores associados aos transtornos mentais (p. 4).

Talvez o mais amplo dos conceitos seja o de qualidade de vida no trabalho, que, segundo Chiavenato (2014, p. 154), indica:

[...] representa a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto de sua cultura e sistema de valores em que ele vive e em relação com seus objetivos, expectativas, padrões e conceitos. Trata-se de um conceito amplo, que inclui a saúde física, o estado psicológico, as crenças pessoais, as relações sociais e suas relações com o ambiente.

O autor, com muita propriedade, contextualiza, além da relação com o trabalho, uma amplitude que envolve a vida pessoal, a formação e expectativas, que, na grande maioria dos casos, são fatores não observados pelas organizações, que se resumem às relações no trabalho, como se existisse uma chave mudando o modo pessoal e social para o laboral.

Ao tratar-se de saúde, faz-se necessário contextualizar tal condição em suas inúmeras variáveis. Santos (2025, p. 61) apresenta a definição da Organização Mundial da Saúde de 1947, ainda atual: [...] “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente como a ausência de doença ou enfermidade”.

Saúde, portanto, não é somente não estar adoecido, mas estar bem, física, mental e socialmente, mesmo que tal condição possa não se manter por longo período ante os inúmeros fatores que atuam no ambiente de vida do trabalhador.

Ainda em relação ao trabalho, Barreto (2024) traz uma contribuição, indicando que o sofrimento está sempre presente nas relações de trabalho, não devendo ser considerado algo impróprio ou inadmissível, mas, no entanto,

[...] deve ser visto como um alerta para a conscientização das organizações e seus colaboradores de que é fundamental atuarem para identificá-lo, minimizá-lo ou exterminá-lo antes que possa causar transtornos mais graves culminando com psicopatologias as quais podem implicar afastamentos e até aposentadorias precoces (p. 53).

Assim, é imprescindível que a instituição esteja preparada para identificar fatores e comportamentos que causem sofrimento, porém, da mesma forma, é fundamental que o profissional de educação seja preparado para reconhecer tais situações e esteja disponível para buscar auxílio no sentido de eliminar tal condição antes que ela possa se agravar e culminar com o adoecimento.

No âmbito da psicodinâmica do trabalho, o pesquisador francês, Christophe Dejours, identificou que o trabalho pode ser fonte de prazer ou sofrimento. Em relação ao sofrimento, o autor, segundo Barreto (2024) revela que os trabalhadores são capazes de desenvolver mecanismos de defesa para se proteger de efeitos nocivos sobre a saúde mental.

Conforme Barreto (2024, p. 52), “Essa busca para evitar o sofrimento ou busca do prazer em relação ao trabalho traz consequências que, se não abordadas ou tratadas, concorrem para psicopatologias graves.” Ainda consoante o autor, o prazer no trabalho “[...] se manifesta através da gratificação, da realização, do reconhecimento, da liberdade e da valorização [...]” (p. 59).

Observa-se, portanto, que o trabalho pode proporcionar prazer ou sofrimento em decorrência de diversos fatores; nem todos eles, porém, são relacionados à atividade em si, mas a aspectos pessoais, sociais, expectativas entre outros.

1.1 Fatores Relacionados ao Adoecimento do Professor na Atividade Laboral

Esses fatores estão relacionados à atividade em si, considerando-se as relações no exercício da atividade, embora, como já mencionado, não é possível isolá-los do “ambiente” macro do indivíduo. No entanto, cabe observar que a carga exigida pelas demandas relacionadas ao trabalho em si afeta diretamente as dimensões cognitiva,

emocional e temporal, o que, conseqüentemente, influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem, além de outras demandas exigidas.

Em estudo desenvolvido por Carlotto *et al.* (2018), citando pesquisa de Araújo e Carvalho (2009), os autores associaram os problemas de saúde encontrados aos seguintes fatores:

[...] à elevada demanda psicológica exigida na execução das atividades, ao baixo controle sobre o próprio trabalho, ao maior tempo de trabalho como professor, à elevada carga horária semanal, aos múltiplos empregos e a uma série de características relativas ao ambiente e organização do trabalho docente, tais como ritmo de trabalho, ambiente em condições inadequadas, relações interpessoais estressantes, entre outros aspectos (p. 4).

Os autores ainda referenciam outros agentes estressores, como: em relação aos alunos, falta de interesse, indisciplina e difícil manejo das turmas; em relação aos pais, hostilidade; quanto à estrutura administrativa (direção e coordenação), falta de diálogo, autoritarismo, inexpressiva participação nas políticas e planejamento institucional, pouco apoio dos administradores e gestores públicos, inexpressiva participação, baixos salários e individualismo por parte dos colegas.

Tostes *et al.* (2018) lecionam que são atribuídas ao professor outras atividades além daquelas tradicionalmente relacionadas ao seu trabalho, e que o mesmo é desqualificado para algumas delas, restando sobrecarregado. “Enquanto a valorização dos professores diminui, cresce a cobrança para que a escola cumpra funções antes legadas a outras instituições sociais, como a família” (p. 89).

Na obra *Seminários. Trabalho e saúde dos professores. Precarização, adoecimento e caminhos para a mudança*, são apresentados outros fatores importantes indicados pelos professores:

[...] horário extenso e mal estruturado de trabalho, dificultando a formação de coletivos de trabalho; das relações de trabalho insatisfatórias e contraproducentes (em termos de produtividade, qualidade e saúde); da exigência de domínio de temas diferentes e em constante mudança; do desconforto térmico e de ruído (em sinergia com problemas de “disciplina”) nas salas de aula; da dificuldade para operar o que se descobriu representar possível regra de ouro do ofício: o *controle de turma*; de lidar com crianças com sérios problemas econômico-sociais; da violência urbana e graves problemas de segurança pública crescentemente invadindo os muros das escolas (Fundacentro, 2023, p. 79).

Em obra produzida pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro, 2022b) é possível reforçar alguns fatores já elencados:

[...] a sobrecarga de trabalho, a violência escolar, o desprestígio docente com aviltamento de honorários profissionais e outros aspectos associados às más condições de exercício profissional que estão em íntima relação com risco aumentado de desfechos de doenças e outros agravos à saúde do trabalhador (p. 51).

O livro *Seminários. Trabalho e saúde dos professores. Precarização, adoecimento e caminhos para mudança*, da Fundacentro (2023), citando Paparelli (2009), aborda as políticas educacionais indicando que, embora sejam bem-intencionadas, são malsucedidas, enfatizando a disparidade entre o modelo de escola apresentado e a expectativa e exigência dos alunos. Nesse sentido, destaca:

[...] pode-se dizer que os problemas educacionais que se avolumaram nas escolas brasileiras nas últimas duas décadas giram quase que predominantemente em torno das dificuldades no relacionamento entre professores e alunos, sobretudo devido ao desajuste entre o modelo de escola que tais políticas sustentam e o novo público escolar (alunos) que passou a ter acesso ao sistema educacional nos últimos tempos, impondo à escola e aos professores novas demandas e novas competências [...] (p. 42-43).

Tal situação concorre para estabelecer conflitos e frustrações entre alunos e familiares em relação aos professores e vice-versa.

O complemento da análise, pela perspectiva dos professores, é expresso da seguinte forma:

[...] o ponto de vista dos professores talvez seja o mais dramático, uma vez que o desalento de ficar como ponta de lança de um sistema precário e, assim, se tornar o seu elo mais frágil, não tem sido nada fácil, principalmente considerando o fato de que as reais causas do problema lhes parecem demasiadamente claras. Nesses termos, quanto mais se compreende as reais causas dos problemas em questão, mais se percebe o quanto não se tem controle sobre suas soluções e está distante de resolvê-los (p. 48).

Ainda sobre o adoecimento do professor, Ribas *et al.* (2025) assevera:

[...] o professor trabalha diariamente tendo que lidar com a precarização de suas condições de trabalho, sobrecarga laboral, baixa remuneração, baixa valorização profissional e falta de reconhecimento, além do aumento da violência no cotidiano escolar e a insatisfação com as demandas cotidianas crescentes da profissão, entre outros fatores (p. 4).

Acrescente-se às constatações dos autores anteriores, relato obtido por Teixeira (2018, p. 2) da professora Iêda Soares Pinto, que leciona no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA no Distrito Federal; segundo a autora, a professora começou a tomar remédios para controlar a ansiedade. “[...] Trabalho em três escolas e raramente consigo fazer todas as refeições ou praticar atividades físicas. Além disso, levo muito trabalho para casa e fico sem tempo para nada, [...]”.

Como pode-se observar, os fatores determinantes do adoecimento ocupacional dos professores são econômicos, sociais, culturais e não biológicos.

1.2 A Formas de Adoecimento em Números

O objetivo deste item não é conceituar as diversas patologias e psicopatologias que envolvem o ambiente de trabalho contemporâneo e, por consequência, o do professor, até mesmo por serem amplamente divulgadas por não se restringirem ao espaço desse profissional, mas afetam todos os seres humanos.

As pesquisas e números, por si só, representarão a dimensão do problema, e no decorrer da última década reforçam que o problema vem se agravando.

Pesquisa realizada pela Associação Nova Escola com mais de cinco mil educadores em 2018, proporciona informações sobre o problema: 66% das professoras e professores já precisaram afastar-se do trabalho por questões de saúde. O levantamento também indicou que 87% dos participantes entendem que o seu problema é ocasionado ou intensificado pelo trabalho. Os problemas mais recorrentes são: ansiedade, que afeta 68% dos educadores; estresse e dores de cabeça (63%); insônia (39%); dores nos membros (38%); e alergias (38%). Além disso, 28% deles afirmaram que sofrem ou já sofreram de depressão (Teixeira, 2018, p. 2).

A autora ainda cita pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com o Ministério da Educação, com 6.510 professores de todo o Brasil, identificando que 17,7% deles sofrem com problemas vocais, seguidos por problemas respiratórios (14,6%) e emocionais (14,5%) (Teixeira, 2018, p. 2).

Já Santos (2025) destaca, em dados obtidos em pesquisa sobre readaptação de docentes no âmbito do Distrito Federal, com dados obtidos no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal (GDF), que, entre 2014 e 2018, 10% dos professores foram readaptados, mesmo considerando progressos notáveis nas Políticas Públicas de Qualidade de Vida no Trabalho da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que mereceram elogios da autora.

Ribas *et al.* (2025) informam que na última década, dentre a classe dos trabalhadores docentes, 90% possuíam três ou mais características que indicavam estresse ocupacional (p. 15).

Tostes *et al.* (2018), em pesquisa realizada com 1.201 professores da Rede Estadual do Paraná, contabilizaram as seguintes referências: distúrbios psíquicos menores presentes: 75,27%, mínimo de ansiedade: 29,89%, ansiedade leve: 29,48%, ansiedade moderada ou grave: 40,63%, ausência de sintomas depressivos: 55,95%, disforia: 25,06% e depressão moderada: 18,98% (p. 5).

Outro estudo de destaque, elaborado por Pereira (2014) em âmbito nacional, com amostra de 39 mil profissionais da educação em 1.440 escolas, identificou que: “48% da população estudada apresentou sintomas de esgotamento físico e mental

relacionado com a profissão” e “[...] 70% dos professores apresentavam cansaço mental” (p. 207).

Os dados apresentados, em que pese representarem redes, realidades e períodos diferentes, mostram a realidade contemporânea da saúde do profissional da educação.

1.3 Consequências do Adoecimento do Professor

Os fatores apresentados, associados aos resultados das pesquisas sobre adoecimento dos professores, proporcionam um panorama de exposição destes profissionais a uma condição de agravamento de sua saúde física e mental ante a grande maioria que promove esforços diariamente no sentido de cumprir suas demandas da melhor forma possível, mesmo com as altas exigências e críticas do sistema educacional como um todo, considerando-se o público atendido, os próprios pares e a sociedade, concorrendo para prejuízos na qualidade de vida no trabalho e social.

Algumas consequências são óbvias, como na qualidade do ensino, no planejamento de aula, até mesmo em termos de cumprimento do programa, na falta de continuidade no projeto pedagógico, na coesão da equipe de trabalho, na sobrecarga de trabalho aos demais professores, em ambiente tenso e desmotivador, na elevação de alunos em busca de acomodação da turma prejudicada e, ainda, promovendo uma imagem negativa da escola.

Na sequência são expostos pontos de vista de autores que reforçam alguns itens apresentados e proporcionam novas implicações.

Os adoecimentos, nos níveis em que ocorrem, trazem consequências relevantes para o ambiente da educação, podendo apresentar prejuízos: “[...] no planejamento da aula, perda de criatividade e entusiasmo, baixa tolerância à frustração, sentimentos hostis e depreciativos com relação ao trabalho e a si próprio, além de sentir muitas vezes arrependimento e desejo de abandonar a profissão” (Ribas *et al.*, 2025, p. 4)

Além desses, os autores citam outros, como: gestão financeira e de pessoal, no sentido de suprir ausências; em relação à atividade fim; descontinuidade do processo de ensino-aprendizagem com a troca de professores; prejuízo no cultivo e manutenção de vínculos afetivos; e no processo de construção e socialização do conhecimento.

Há que se destacar, ainda, que podem concorrer para longos afastamentos e aposentadorias precoces.

2 Referências ao Professor ou Profissionais da Educação em Relação à Saúde

2.1 A Legislação Federal Quanto ao Professor da Educação Pública

Com base no Princípio Constitucional da Legalidade, é necessária uma análise da legislação federal no que diz respeito ao professor e sua saúde integral.

Indica-se dois aspectos importantes em relação à análise desse item: primeiro – quanto à limitação da análise da legislação por se tratar exclusivamente de âmbito federal, que se dá perante a dificuldade na obtenção das normas específicas de Estados e Municípios.

A título de informação, no entanto, no decorrer da pesquisa foi possível verificar programas específicos, como o “Programa Cuidar de Quem Educa” do Estado de São Paulo (Lei nº 18.026/2024) (São Paulo, 2024).

O segundo, justifica-se a abordagem, ao se considerar, o regime de colaboração previsto na Constituição Federal, atribuindo à União as funções supletiva e redistributiva, normativa e de planejamento e avaliação, acredita-se ser exceção algum avanço nesse sentido promovido por algum outro ente federado.

Como o objetivo deste estudo está relacionado à análise do contexto e à exposição do problema que envolve essa “variável” do sistema educação – o professor –, considera-se que as bases são adequadas para o desenvolvimento do estudo.

Utilizou-se, inicialmente, a hierarquia das normas e a importância em relação ao tema em relação as duas primeiras e, após, a ordem cronológica; no entanto, em casos de ocorrência de mais de uma atualização na norma, tais atualizações foram lançadas concomitantemente, visando à análise do texto atualizado.

A primeira referência importante que diz respeito ao professor em termos de reconhecimento no Brasil contemporâneo, dá-se pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que, em seu artigo 206, indica os princípios básicos do ensino, atualizados pela EC nº 53/2006.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; [...] (Brasil, 1988).

Aqui destaca-se o termo “profissionais da educação escolar”, o que pressupõe não somente professores em suas diferentes atividades, inclusive coordenação e direção entre outras, mas todos os outros profissionais atuantes na área.

A norma em sequência é a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB –, que faz a seguinte referência aos profissionais de educação:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
[...] VI – condições adequadas de trabalho (Brasil, 1996).

Por óbvio, o único termo relacionado com o estudo – as “condições adequadas de trabalho” – não possui a amplitude e a abrangência que se pretende alcançar nesta análise.

A seguir expõe-se o Decreto nº 6.286/2007, que institui o Programa Saúde na Escola – PSE. Nesse caso, o artigo 1º da norma já indica que é direcionado somente ao estudante.

As normas seguintes são a Lei nº 12.014/2009 e a Lei nº 13.145/2017, que alteram o artigo 61 da LDB, que originalmente somente tratava da formação dos profissionais da educação, porém considerando somente aspectos relacionados à formação.

Na sequência evidencia-se a única contribuição relevante para o objeto deste estudo. A Lei nº 14.681/2023. Em relação a este diploma legal, cabe realçar seu artigo 1º:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, considerada a necessidade de desenvolver ações direcionadas para a atenção à saúde integral e a prevenção ao adoecimento, bem como de estimular práticas que promovam o bem-estar no trabalho de maneira sustentável, humanizada e duradoura (Brasil, 2023).

Observe-se que é somente em 2023 que é apresentada uma legislação com termos relacionados aos profissionais de educação que referenciam: saúde integral, prevenção ao adoecimento e bem-estar no trabalho, considerando ainda as formas sustentável, humanizada e duradoura.

O artigo 4º, que trata das diretrizes das Políticas de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, traz, também, contribuições importantes em alguns de seus incisos, incluindo fatores e situações que concorrem para o adoecimento dos profissionais da educação, como verificar-se-á na sequência:

[...] I – estabelecimento de relações interpessoais no trabalho com foco na mediação e na harmonia entre o profissional e seus pares e entre o profissional e seus superiores e subordinados;
II – engajamento dos trabalhadores da instituição com foco no planejamento participativo e em ações direcionadas e integradas que visem à contínua melhoria das condições de trabalho, por meio de práticas de gestão e de relações de trabalho harmônicas;

- III – implementação de medidas de proteção à saúde integral e de orientação quanto aos protocolos a serem adotados no caso de riscos e de agravos que possam comprometer a saúde dos profissionais da educação;
- IV – viabilização de ações de educação permanente que visem à promoção da saúde e à prevenção ao adoecimento no trabalho dos profissionais da educação;
- V – promoção de ações educativas e de formação que possibilitem aos trabalhadores a reflexão e a consciência crítica a respeito da responsabilidade social, ética e ambiental; [...]
- [...] VII – estabelecimento de plano organizacional que desenvolva ações para educação e para inclusão social dos trabalhadores com deficiência e que lhes garanta as condições de trabalho essenciais às necessidades laborais;
- VIII – estímulo ao equilíbrio entre as atividades profissionais, os cuidados com a saúde e a vida pessoal dos trabalhadores; [...] (Brasil, 2023).

Na mesma linha, quando trata dos objetivos da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, o artigo 5º apresenta referências claras aos fatores causadores do adoecimento:

- I – promover a saúde integral por meio de ações que potencializem os fatores de proteção organizacionais, pessoais e sociais para o aumento do bem-estar, da saúde, da qualidade de vida e da produtividade, considerados as condições, os processos, os contextos de trabalho, o perfil e as necessidades específicas dos profissionais da educação, bem como o número de jornadas laborais efetivamente realizadas, em casa e no trabalho, e a adequação da carga horária e do número de alunos em sala de aula;
- II – reduzir os índices de falta ao trabalho, absenteísmo, e de baixo desempenho decorrente de problemas físicos ou emocionais, presenteísmo, mediante a construção de estratégias de enfrentamento coletivo desses fenômenos, considerados os diversos agentes envolvidos e o combate às causas do adoecimento;
- III – fomentar a formação continuada com vistas à valorização do trabalhador na perspectiva da promoção da saúde e do aperfeiçoamento das suas competências pessoais e profissionais;
- IV – promover a autonomia e a participação ativa por meio da melhoria do clima organizacional e dos processos de trabalho, com vistas a incentivar a corresponsabilidade, o envolvimento, a autonomia, a criatividade e a inovação;
- V – estabelecer a importância do bem-estar no ambiente laboral, do lazer e da vida social, mediante vivências caracterizadas, entre outras, por experiências lúdicas, culturais, esportivas e práticas integrativas de saúde; [...] (Brasil, 2023).

Por fim, o artigo 6º determina o prazo de um ano a partir da vigência da lei para que União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, estabeleçam os seus respectivos planos, que deverão ser elaborados periodicamente e, conforme o § 1º do mesmo artigo, serão publicados no prazo de até seis meses após a posse dos chefes do Poder Executivo.

Além disso, deverão apresentar, segundo o § 2º, indicadores de gestão e instrumentos de avaliação (inciso I), atualização anual dos indicadores (inciso II) e acompanhamento do absenteísmo, readaptação funcional e acidentes de trabalho, entre outros indicadores (inciso III).

Sem dúvidas, o maior avanço de todos os tempos em relação ao tema.

Há, porém, que se considerar que se tratam de diretrizes gerais que somente serão efetivas com a elaboração de uma estrutura adequada e conscientização dos atores

envolvidos. Além disso, levará tempo para se consolidarem os resultados, adaptações e ajustes.

Um dos fatores fundamentais no sentido de alcançar o desenvolvimento, será a atuação dos órgãos de controle para promover a fiscalização e a eficácia das ações.

Após o advento da Lei nº 14.681/2023 (Brasil, 2023), outros dispositivos legais foram criados, como será apresentado a seguir, porém envolvendo alguns fatores que contribuem para o adoecimento, no entanto sem nenhuma contribuição significativa em relação à saúde integral do profissional de educação.

A Lei nº 14.817/2024 (Brasil, 2024) “Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.” Essa norma trata exclusivamente de carreira, sem nenhuma indicação quanto ao cuidado. O termo “valorização” fica restrito a: plano de carreira, formação continuada, carga horária, adequado número de alunos, salubridade no ambiente de trabalho, segurança para desenvolver as atividades e permissão para o uso do transporte escolar, quando não houver prejuízo aos estudantes entre outros.

A análise do Decreto nº 12.358/2025 (Brasil, 2025), que institui o programa Mais Professores para o Brasil, visa a atrair mais profissionais para a docência por meio de diversos incentivos, inclusive concessão de bolsas de estudo, e apresentou as raras referências alinhadas ao tema desta pesquisa, que, embora distantes do objeto, mantêm relação com as atividades do professor.

As referências são basicamente duas: entre os princípios do programa, nos termos do artigo 2º, consta do inciso IV, “[...] Valorização e qualificação dos professores da educação básica” (Brasil, 2025); e dentre as diretrizes do programa, que constam do artigo 3º, cabe destacar a referência do inciso I, “[...] a centralidade do professor, nos processos de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento do estudante” (Brasil, 2025).

Por fim, apresentamos o Plano Nacional de Educação em vigor, Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), que trata somente dessas referências sobre professores: formação inicial e continuada; bonificação; jornada de trabalho; formação para atuarem com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação; valorização dos professores alfabetizadores; apoio técnico e financeiro à formação; concessão de bolsas de estudo de idiomas; programa de acesso a bens culturais, inclusive obras e materiais em Braile; portal eletrônico para subsidiar a ação como professor; e oferta de bolsas de estudos de Pós-Graduação.

Esta análise demonstra a total ausência de políticas públicas em relação ao cuidado e saúde integral do professor da rede pública no país, matéria que basicamente conta com o conteúdo da Lei nº 14.681/2023 (Brasil, 2023) como única referência.

2.2 Outras Instituições e Eventos Referências na Abordagem da Saúde dos Profissionais

Este estudo observou que, mesmo instituições ligadas diretamente aos professores, como sindicatos e associações, condicionam suas lutas e as pautas reivindicativas, em geral itens como: jornada de trabalho, plano de carreira, piso salarial, salários justos, gratificações, segurança, reconhecimento, melhores condições de trabalho, redução da burocracia e valorização da carreira. Raríssimas exceções envolvem a saúde e algumas somente o aspecto físico.

Em que pesem as justíssimas reivindicações, a saúde integral não é referenciada.

Para fins de referência, embora não esteja relacionada às instituições abordadas, buscou-se subsídios no documento final da Conferência Nacional de Educação de 2024, justificando por se tratar de um fórum considerado uma das bases para fundamentar as políticas públicas da educação pelo governo federal, bem como pela abrangência da representatividade da mesma, inclusive com a participação de profissionais da educação e, até mesmo, por quem já esteve em tal atividade.

O documento reservou o Eixo V ao tema, assim nominando-o:

VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: GARANTIA DO DIREITO À FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE QUALIDADE, AO PISO SALARIAL E CARREIRA, E ÀS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MANEIRA SEGURA E SAUDÁVEL (Conae, 2024, p. 159).

No Eixo V constam 45 itens, e, desses, 6 fazem referência.

Apresenta-se esse primeiro (941) no sentido do que se entende por “valorização” dos profissionais da educação:

Dessa forma, quando se trata da valorização dos(das) trabalhadores(as)/profissionais da educação, é necessário abordar um conjunto de aspectos, que são condição para tal. Tais aspectos compreendem regime de trabalho; cuidados de saúde; piso salarial profissional; carreira; concurso público; profissionalização; formação inicial e formação continuada; condições de trabalho, com destaque para o equilíbrio entre número de alunos por ano/série/turma e professor; redução do número de alunos por turma; reconhecimento do tempo de planejamento extraescolar com jornada digna; cumprimento legal de 1/3 da carga horária para planejamento; participação ativa em todos os processos decisórios da escola e da administração dos sistemas de ensino; reconhecimento social e a dignidade profissional; a saúde em sua integralidade; a autonomia, a liberdade e a possibilidade de realização profissional, [...] (Conae, 2024, p. 160, grifo nosso).

Outros dois (942 e 948) tratam respectivamente da valorização dos profissionais da educação, solicitando o cumprimento de legislação não ligada ao tema, ressaltando que o Censo Escolar não “[...] fornece os mesmos dados detalhados para os(as) funcionários(as) da educação básica e superior, o que dificulta a obtenção de um

panorama completo sobre a necessidade de profissionalização, formação, carreira e sobre a quantidade de contratos temporários/terceirizados [...]” (Conae, 2024, p. 162).

A abordagem seguinte (950) trata das condições de trabalho dos trabalhadores profissionais da educação:

[...] são fundamentais para a valorização dos(as) seus(suas) profissionais, bem como para a qualificação do trabalho pedagógico a ser realizado. Nesse sentido, as condições de trabalho devem contemplar condições técnicas, pedagógicas, profissionais e de salubridade, as quais devem, necessariamente, abarcar a garantia de infraestrutura adequada, garantindo acessibilidade nas instituições de educação básica e superior, bem como, saneamento básico, mobiliário, água potável, energia elétrica, iluminação e ventilação apropriadas (Conae, 2024, p. 162-163, grifo nosso).

As duas abordagens da sequência (978 e 980) tratam efetivamente do tema apresentando respectivamente:

Desse modo, as políticas de valorização profissional devem contemplar ações de promoção e cuidado com a saúde dos(das) trabalhadores(as)/profissionais da educação, possibilitando o acompanhamento da saúde vocal e psíquica-emocional-mental, o cuidado com a exposição a agentes patogênicos e tóxicos, tais como giz, poeira, fungos, substâncias químicas, ausência de equipamentos adequados, bem como condições materiais, e a promoção de relações interpessoais respeitadas (Conae, 2024, p. 169, grifo nosso).

Observe-se, aqui, somente a utilização do termo psíquica-emocional-mental, além da saúde vocal (física).

Finalmente a última abordagem indica que, apesar de utilizar os termos “saúde integral”, “bem-estar” e “qualidade de vida”, expondo a necessidade de uma efetiva política de educação que contemple esses e outros aspectos citados, se resume a referências à Lei nº 14.681/2023, que, na opinião do autor, apesar de atender diversos aspectos relacionados à saúde integral, inclusive no que diz respeito a plano de ação e acompanhamento em termos de índices, não representa uma política pública de saúde na educação.

Assim, faz-se necessário assegurar, em todos os entes federados, uma política de educação que contemple promoção da saúde integral, no desenvolvimento pessoal e profissional, nas práticas de gestão, nas ações de qualidade de vida no trabalho e na promoção de vivências de bem-estar para os(as) trabalhadores(as)/profissionais da educação, nos moldes do previsto na Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023. Neste sentido, é importante que seja garantida, permanentemente, pelas secretarias de saúde e de assistência social na relação com as secretarias de educação, uma equipe multiprofissional (Conae, 2024, p. 169).

A partir dos itens observados no título V, foram estabelecidas proposições de ações divididas em três estratégias. A terceira e última das proposições trata de “GARANTIR AS CONDIÇÕES ADEQUADAS E DIGNAS PARA O EXERCÍCIO

DA PROFISSÃO E PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE AOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO” (Conae, 2024, p. 174).

Essa proposição contempla sete estratégias para alcançar o descrito anteriormente, das quais somente duas tratam do tema.

3.4. Garantir políticas que promovam a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação como condição para a melhoria da qualidade educacional, tendo como referência projeto de atenção integral à saúde dos profissionais da educação, da prevenção à assistência (Conae, 2024, p. 174, grifo nosso).

3.5. Estabelecer nas redes de ensino programas e políticas de promoção do bem-estar dos profissionais e trabalhadores da educação, promoção à saúde, enfrentamento às diferentes formas de assédio e preconceito (Conae, 2024, p. 174, grifo nosso).

Em suma, para a Conferência Nacional de Educação é esse o contexto da preocupação em se promover o cuidado integral aos profissionais da educação.

Cabe destacar que o evento ocorre em etapas, envolvendo Municípios, Estados e União, com ampla participação da sociedade, especialmente de profissionais da educação, portanto um espaço democrático e deliberativo para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas relacionadas à educação, considerada pelo governo federal uma das bases para a elaboração de tais políticas.

3 Análise Crítica

A contextualização do problema de saúde integral do professor, cuja gravidade vem se revelando por meio de pesquisas há muito tempo, demonstra que, apesar de se verificar que o quadro é dramático para o ser humano professor, para alunos, escola e a sociedade, concorre diretamente para o comprometimento do avanço da educação no país. Há uma enorme distância entre a condição atual e a situação que poderá ser considerada ideal.

A percepção que se tem, em relação ao professor, não é de somente desamparo absoluto, mas também de negligência severa.

Há que se evidenciar, no entanto, que muitas redes nos âmbitos estadual e municipal possuem programas e promovem ações no sentido de prevenção e cuidados. Ao, todavia, considerar-se os estudos e entrevistas com professores e representantes de instituições de classe, a grande maioria utiliza apenas ações específicas em datas e meses de conscientização.

Como exemplo ressalta-se que, com exceção da Lei nº 14.681/2023 (Brasil, 2023), que instituiu a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

e Valorização dos Profissionais da Educação, não há outra norma que trate efetivamente da saúde desse profissional.

Ainda a título de exemplo, cita-se a Lei nº 12.645/2012 (Brasil, 2012), que institui o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas; essa norma possui três artigos: o primeiro indicando o objetivo da norma e o terceiro indicando que entre em vigor na data da publicação. Assim, a matéria se resume-se a:

Art. 2º É instituído o dia 10 de outubro como o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.

Parágrafo único. Na data de que trata este artigo, as entidades governamentais e não governamentais poderão, em parceria com as secretarias municipais e estaduais, desenvolver atividades como:

I – palestras;

II – concursos de frase ou redação;

III – eleição de cipeiro escolar;

IV – visitas em empresas (Brasil, 2012)

Observe-se o termo “poderão” no parágrafo único, além do rol de proposições de ações a desenvolver.

De certa forma, essa é a representação da saúde e da segurança nas escolas, que deveria ser tratada e observada todos os dias de forma efetiva, especialmente pelas autoridades.

Há, no entanto, muitas redes em âmbitos estadual e municipal que possuem programas e promovem ações no sentido de prevenção e cuidados.

Outro aspecto envolvendo a legislação é ressaltado por Ferreira (2016, p. 192): “Se temos muitas leis em educação, há uma certa distância entre o que a legislação prevê de fato e as políticas que se desenvolvem para a maioria da população”.

Esse ponto de vista é reforçado pelo mesmo autor por meio de depoimento de Heleno Araújo Filho, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), mostrando que a não aplicação do previsto na legislação impede que sejam oferecidas condições adequadas de trabalho para o desempenho da profissão: “A falta de infraestrutura, o excesso de alunos por sala de aula, a dupla jornada, a falta de segurança nas escolas e a má remuneração contribuem para desvalorizar a carreira e desestimular os profissionais, causando uma série de doenças, aponta” (Ferreira, 2016, p. 191).

Segundo Teixeira (2018), divulgando depoimento da professora Angela Calenzani, que trabalha na rede estadual do Espírito Santo, a docente revela que a ausência de plano de saúde e de apoio psicológico para os docentes acaba por comprometer o trabalho: “Neste ano tive problemas com pressão alta e estresse, ocasionados por uma rotina de 10 horas diárias. O professor precisa de condições e

recursos para trabalhar; sozinhos não conseguimos atender às reais necessidades dos alunos”, [...] (p. 2).

Da obra “Condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil: caminhos e descaminhos das políticas públicas na avaliação de um grupo de pesquisadores, produzida pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), traz, a título de conclusão, “[...] que as políticas públicas reais se distinguem das proclamadas e que o caminho das políticas reais vem sendo contrário ao necessário [...]”, “[...] para as condições de trabalho e saúde dos professores, [...]”. A Fundacentro (2022a) afirma, ainda, que é fundamental corrigir esse “[...] (des)caminho modulado por pressupostos alheios ao interesse público, os quais deveriam nortear essas políticas, sendo que para o caso específico dos professores a providência inicial mais urgente e categórica consiste na efetivação da valorização dos professores prevista em lei” (p. 7).

Aponta igualmente o texto da Fundacentro (2022a) que essa nomeou de “(des)integração” das políticas públicas, uma vez que “[...] muitas vezes as múltiplas esferas de políticas públicas que incidiriam sobre a relação saúde e trabalho dos professores foram citadas pelas entrevistadas como desintegradas em sua concepção/formulação, [...]” (p. 34).

Destaca, ainda: “Em outras palavras: uma construção de políticas públicas descompromissada em sua motivação com a qualidade e/ou orientada a fins diversos daquele que deveria ter, acaba por não se importar com o elemento integração, indispensável ao bom funcionamento e efetividade” (Fundacentro, 2022a, p. 34).

Por fim, em relação aos resultados dos estudos, a obra leciona que “[...] as políticas públicas no Brasil, de modo geral, estariam padecendo de uma espécie de jogo de ambiguidades no qual se torna urgente distinguir as políticas proclamadas das políticas reais, que caminham em direções opostas” (p. 104).

Dentre as demandas obtidas na análise das entrevistas, a principal e urgente foi a da “[...] implementação, na prática, de políticas de valorização dos professores, algo que precisa imperiosamente passar a ter base na realidade, rompendo-se a ambiguidade entre as referidas políticas proclamadas e as reais/praticadas (Fundacentro, 2022a, p. 104-105).

Para Carlotto *et al.* (2018), citando Araújo e Carvalho (2009), “[...] A saúde docente ainda é tratada como uma questão secundária nas preocupações do setor da educação, tanto por parte de gestores como dos próprios professores” (p. 22). Os autores ainda complementam que a falta de reconhecimento do adoecimento e de relacioná-lo ao trabalho “[...] “tem como maior consequência a manutenção de situações

prejudiciais à saúde, contribuindo para o aumento do adoecimento desta categoria profissional assim como para o abandono da profissão” (p. 22).

Ao finalizar esse tópico entende-se restar explícita a real situação do cuidado para com a saúde integral do professor nas redes públicas do país.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo consistiu em compreender a saúde docente da educação pública em relação à dinâmica do adoecimento dos profissionais de educação, à verificação de fatores causadores do adoecimento, às consequências para o profissional, escolas e alunos, às ações em relação à prevenção da doença, proteção, promoção da saúde, restauração do doente e reabilitação, bem como à análise da legislação no âmbito federal e à existência de política pública que contemple a saúde integral do professor.

A análise do contexto dos cuidados para com a saúde integral do professor, considerando características e fatores que envolvem as atividades desenvolvidas, o ambiente, a abrangência da legislação, os problemas e os prejuízos decorrentes da falta de ação, ou ineficácia delas, a ausência de políticas públicas que contemplem o problema, enfim, demonstra o completo abandono de um profissional que é a base para a educação.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma cruzada diária em busca de recursos, infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, formação continuada, práticas de gestão, materiais, participação democrática da sociedade, entre muitas outras demandas, é crucial que a situação da saúde dessa variável, fundamental no sistema da educação – o professor –, seja imediatamente inserida nesse contexto.

A gravidade da situação indica não haver tempo para se esperar por uma formulação de política pública de saúde para o professor. É urgente que União, Estados e Municípios, no âmbito de suas redes, passem a estabelecer estruturas com profissionais exclusivos, no sentido de proporcionar condições para que esse profissional possa promover, no seu dia a dia, a percepção dos sintomas e mudanças de comportamento, sintam-se à vontade para buscar o acolhimento e obtenha o acompanhamento e a cura ou readaptação.

Paulo Freire (2018), em “Verdades da Profissão de Professor”, destacou: “Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores”.

Referências

ANDRADE, Rubian Diego; LOPES, Adair da Silva. Estresse Relacionado ao Trabalho em Professores de Educação Básica. *Revista Ciência & Trabajo*. Santiago, Chile. año 16, n° 51, set/dez, 2014. Disponível em: hrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.cl/pdf/cyt/v16n51/art13.pdf Acesso em: 12 out. 2025.

ARAÚJO, Luciane K. Reis; RIBEIRO, Alberto de Oliveira; LEITE, Thais Romanelli; NETO, Glauco Luiz de Barros. *Cartilha retratos da saúde na rede de ensino público do DF – “A dor da gente”*. Brasília: Sindicato dos Professores do Distrito Federal, 2020. Disponível em: www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Cartilha_A-dor-da-gente.pdf. Acesso em: 2 out. 2025.

ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 7 out. 2025.

BARRETO, Paulo Ricardo Ceni. *Gestão de pessoas: contexto na gestão pública e na iniciativa privada*. 1. ed. Passo Fundo - RS: Editora Ellus, 2024.

BERGAMIM, Giba. Pesquisa aponta que 63% dos professores da rede municipal de SP se afastaram por problema de saúde nos últimos 12 meses. G1, São Paulo, 08, out 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/10/08/pesquisa-aponta-que-63percent-dos-professores-da-rede-municipal-de-sp-se-afastaram-por-problema-de-saude-nos-ultimos-12-meses.ghtml>. Acesso em: 09 out. 2025.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da Pesquisa Bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista de odontologia da Universidade Cidade de São Paulo* 2006 set-dez. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 06 out. 2025.

BOLLOS, Rubens. Janeiro branco: um olhar sobre a vida e a saúde mental do professor. *Revista Educação*, n. 307, 2025. Disponível em: [https://revistaeducacao.com.br/2025/01/23/janeiro-branco-professor/#:~:text=Aspectos%20mentais%20e%20desafios%20dos,%2C1%25\)%20%5B2%5D](https://revistaeducacao.com.br/2025/01/23/janeiro-branco-professor/#:~:text=Aspectos%20mentais%20e%20desafios%20dos,%2C1%25)%20%5B2%5D). Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 6.286*, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.014*, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores

que se devem considerar profissionais da educação. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112014.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art6 Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.681*, de 18 de setembro de 2023. Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/lei/114681. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.817*, de 16 de janeiro de 2024. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. 2024. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024-01-16;14817>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 12.358*, de 14 de janeiro de 2025. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores. 2025. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=12358&ano=2025&ato=e73cXU U1UNZpWT216>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.645*, de 16 de maio de 2012. Institui o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112645.htm. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Doenças relacionadas ao trabalho*: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf. Acesso em: 15 out. 2025

CARLOTTO, Sandra Mary *et al.* Prevalência dos afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionado ao trabalho de professores. *Revista Psi Unisc.*, Santa Cruz do Sul, v. 3 il. 12464, 2018. ISSN: 25271288. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331043116>. Acesso em: 6 out. 2025.

CARDOSO, J. da S.; NUNES, C. P.; MOURA, J. S. Adoecimento docente: uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/BA. *Revista Teias*, v. 20, n. 57, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revista-teias/article/view/39552>. Acesso em: 1º out. 2025.

CASTELHANO, Marcos Vitor Costa *et al.* Saúde mental diante das possibilidades escolares: uma ótica interventiva na educação contemporânea. *Ciências da Saúde*, v. 27, ed. 123, jun. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/saude-mental-diante-das-possibilidades-escolares-uma-otica-interventiva-na-educacao-contempor-nea/>. Acesso em: 12 out. 2025.

CASTRO, Matheus Fernandes de. A construção de políticas públicas como produção de saúde mental. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, ano XXII, 2022. ISSN: 15196186. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/64283/751375154630>. Acesso em: 22 out. 2025.

CHIAVENATO, I. *Comportamento organizacional: a dinâmica no sucesso das organizações*. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

CODO, W. *et al.* Saúde mental e trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CODO, W. *et al.* Trabalho docente e sofrimento: Burnout em professores. In: AZEVEDO, J.; GENTILI, P.; KRUG, A.; SIMON, C. (org.). *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Universidade, 2000. p. 369-81.

CONAE. Conferência Nacional de Educação. *Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2024*. Brasília, DF: Fórum Nacional de Educação: Comissão de Sistematização e Monitoramento, 2024. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/conae2022/documentos/DOCUMENTO_FINAL_CONAE_2024.pdf. Acesso em: 3 out. 2025.

CORTEZ, Pedro Afonso *et al.* A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-122, 2017. Disponível em: scielo.br/j/cadsc/a/8d4rRcpjzrYjBhjvmrTLZpc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 out. 2025.

FARIAS, Beatriz Heitich da Silva; WAGNER, Flávia. *Condições de trabalho e adoecimento docente: causas persistentes*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2024, João Pessoa. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10323>. Acesso em: 6 out. 2025.

FERREIRA, Gilmar Soares. O profissional da educação na constituição brasileira. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 18, p. 189-199, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 13 out. 2025.

FRANCIOSI, A. P.; VIEIRA, S. V.; BOTH, J. Satisfação no trabalho e Síndrome de Burnout em professores de Educação Física da Educação Básica. *Revista Ciencias de la Actividad Física UCM*, v. 24, n. 1, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262>. Acesso em: 6 out. 2025.

FREIRE, Paulo. Verdades da profissão de professor. APP Sindicato 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/verdades-da-profissao-de-professor/>. Acesso em: 22 out. 2025.

FUNDACENTRO. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. *Relatório Técnico*. Condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil: caminhos e descaminhos das políticas públicas na avaliação de um grupo de

pesquisadores. São Paulo, 2022a. Disponível em: http://arquivo.sbiblioteca.fundacentro.gov.br/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/TG564FHRSHRAJVAKCEVVVQUUU95PKQ.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

FUNDACENTRO. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. *Relatório Técnico*. Estatísticas e indicadores epidemiológicos de saúde dos professores: um novo olhar com base em dados públicos oficiais. São Paulo, 2022b. Disponível em: http://arquivosbiblioteca.fundacentro.gov.br/exlibris/aleph/a23_1/apachemedia/BXT5G78J8HQP8NB3GA6NL2ECJGSE4U.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

FUNDACENTRO. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. *Seminários*. Trabalho e saúde dos professores. Precarização, adoecimento e caminhos para mudança. São Paulo, 2023. Disponível em: http://arquivosbiblioteca.fundacentro.gov.br/exlibris/aleph/a231/apache_media/HNR4SCAXA4Q6G9GXG8T9NVHST234.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA COUTO VIDIGAL. *Como incluir a primeira infância no Plano Plurianual*: os casos de Boa Vista, Fortaleza e Recife. 2025. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/como-incluir-a-primeira-infancia-no-plano-plurianual-os-casos-de-boia-vista-fortaleza-e-recife/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sahdi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDINI, S. R. Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. *Colloquium Humanarum*, v. 4, n. 1, p. 8-21, 2008. ISSN: 1809-8207.

MACHADO, L. M.; LIMONGI, J. E. Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. *Rev. Bras. Med. Trab.*, v. 17, n. 3, p. 325-334, 2019. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/469/pt-BR/prevalencia-e-fatores-relacionados-a-transtornos-mentais-comuns-entre-professores-da-rede-municipal-de-ensino--uberlandia--minas-gerais--brasil>. Acesso em: 4 out. 2025.

MARCELINO, A. L. G. *Adoecimento docente*: narrativas do trabalho em busca do “que viver”. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/pnKjTfs7_s9VrzJGMhTsMPSG/?lang=pt#. Acesso em: 15 out. 2025.

MARCELO, Carlos. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. *Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, n. 8, p. 7-22, jan./abr. 2009. Disponível em: [MARCELO___Desenvolvimento_Profissional_Docente_passado_e_futuro_1386180263.pdf](#). Acesso em: 7 out. 2025.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. As Políticas de avaliação da educação básica e o trabalho docente. *Revista Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 22, n. 48, p. 7-22, maio/ago. 2016.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4918/4475>. Acesso em: 22 out. 2025.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Rev. Saúde Pública*, v. 25, n. 5, p. 341-9, 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rsp/article/view/23840/25876>. Acesso em: 13 out. 2025.

MENDES, Tamires Christine; BACCON, Ana Lúcia Pereira. Profissão docente: o que é ser professor? CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 12., 2015, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universitária Champagnat, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/39656612/PROFISS%C3%83O_DOCENTE_O_QUE_%C3%89_SER_PROFESSOR. Acesso em: 20 out. 2025.

MEYER, Caroline; ANDRADE, Rubian Diego; LOPES, Adair da Silva. Estresse relacionado ao trabalho em professores de Educação Básica. *Ciencia & Trabajo*, Santiago, ano 16, n. 51, p. 206-210, set./dez. 2014. Disponível em: cienciaytrabajo.cl. Acesso em: 16 out. 2025.

PAPARELLI, R. *Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar*. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07122009-145916/publico/tesepaparelli2009.pdf>. Acesso em 16 out. 2025. PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; PELEGRINI, Andréia; MEYER, Caroline; RIBAS, Nathalie Yelena Plucinski *et al.* Adoecimento de professores do ensino básico e fatores associados: uma revisão de literatura. *Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 18, n. 3, p. 1-22, 2025. ISSN: 19887833.

SANTOS, E. C.; ESPINOSA, M. M.; MARCON, S. R. Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do Ensino Fundamental. *Acta Paul Enferm.*, v. 33, p. 1-8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0286>. Acesso em: 5 out. 2025.

SANTOS, Renata Almeida. *Bem-estar, saúde mental e readaptação funcional: um estudo bioecológico sobre a percepção de gestores da SEEDF*. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, 2025. Orientadora: Alia Maria Barrios González. Disponível em: Dissertação 2025 Banca Defesa Renata Almeida Word.docx. Acesso em: 23 set. 2025.

SÃO PAULO (Estado). *Lei nº 18.026*, de 9 de setembro de 2024. Autoriza a criação do Programa Cuidar de Quem Educa, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2024/lei-18026-09.09.2024.html>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVA, Jerto Cardoso da *et al.* Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262>. Acesso em: 1º out. 2025.

SILVA, Cerqueira C.; DESSEN, M. A.; COSTA, Júnior Á. L. *As Contribuições da ciência do desenvolvimento para a psicologia da saúde*. *Ciência. Saúde Coletiva*, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Zjbcgy975hwydGQh44zVmMm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SILVA, Stefani Nazaré da; PEREIRA, Luiza Aparecida da Silva *A saúde mental de professores no contexto da segurança do trabalho*. 2024. Trabalho (Conclusão de

curso Técnico em Segurança do Trabalho) – ETEC Professora Nair Luccas Ribeiro, Teodoro Sampaio, SP, 2024. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/28764/1/Sau%cc%81de%20Mental%20dos%20Professores.docx.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

SILVA, Jefferson Peixoto da. *Quando o trabalho invade a vida*: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde dos professores do ensino regular e integral de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – USP, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-28062018083933/publico/JeffersoneixotodaSilvaREVISADA.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

SUPPELSA, Nicolas. “Educar sem perder a cabeça”: campanha alerta sobre saúde mental dos professores em Campo Grande/MSA. *Revista Proteção*, Campo Grande, MS, fev. 2025. Disponível em: <https://protecao.com.br/destaque/educar-sem-perder-a-cabeca-campanha-alerta-sobre-saude-mental-dos-professores-em-campo-grande-ms/>. Acesso em: 17 out. 2025.

TEIXEIRA, Larissa. *66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde*. Associação Nova Escola, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude>. Acesso em: 3 set. 2025.

TOSTES, M. V. *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde Debate*, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2018.v42n116/87-99>. Acesso em: 3 out. 2025.

VOLTOLINI, Rinaldo; RIBEIRO, Marcelo Afonso. Condições de trabalho impactam a saúde mental de docentes. [Depoimento]. *Jornal da USP*, São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/deadline-5-01-condicoes-de-trabalho-impactam-na-saude-mental-de-docentes>. Acesso em: 12 out. 2025.

VOLTOLINI, Rinaldo. Sobre uma política de acolhimento de professores em situação de inclusão. *Estilos da Clínica*, v. 29, n. 1, p. 72-85, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/estic/article/view/219891/204113>. Acesso em: 13 out. 2025.